

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	Sec 1
Fonte	DOU
Data	14-09-95 Pg 14186
Class.	ALD00017

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO Nº 89, DE 11 DE SETEMBRO DE 1995

Assunto: Processo nº FUNAI/BSB/ 2040/95. Referência: Terra Indígena AVÁ-CANOEIRO. Interessado: Grupo indígena isolado. EMENTA: Aprova o relatório de delimitação da terra indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no processo FUNAI/BSB/2040/95, e considerando o Parecer nº 96/DJD/DAF/95, de autoria do Antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel, que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado parecer para afinal, reconhecer os estudos e adequações à delimitação da Terra Indígena AVÁ-CANOEIRO, de ocupação do respectivo grupo tribal isolado, com a superfície e perímetro aprovados de 38.000 ha e 90 km respectivamente, localizada nos Municípios de Colinas do Sul e Minaçu, Estado de Goiás.
2. Determinar a publicação no DOU do Parecer, Memorial Descritivo e Despacho, na conformidade do Art. 2º, § 7º do Decreto nº 22/91.
3. Encaminhar o respectivo processo de demarcação ao Ministério da Justiça, acompanhado da Minuta de Portaria Declaratória, para a aprovação.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO

PARECER Nº 96/DJD/DAF, DE 28 DE AGOSTO DE 1995.

PROC. FUNAI/BSB nº 0253/83, vol. I e II. Denominação: Terra Indígena Avá-Canoeiro. Grupo Indígena: Avá-Canoeiro, auto denominados Awá. População: 06 (contatados) e um número desconhecido de isolados. Tronco Linguístico: Tupi. Família: Tupi-Guarani. Área: 38.000 ha. Perímetro: 90 km. Localização: Município de Colinas do Sul e Minaçu, Estado de Goiás.

1 - INTRODUÇÃO

Os Avá-Canoeiro foram classificados durante muitos anos, como sendo de língua Tupi Meridional, descendentes de índios Carijó fugidos de bandeiras Paulistas, no século XVIII e que vieram a miscigenar com negros também fugitivos, tendo ocupado, portanto, a região dos altos rios Maranhão e Tocantins, após o início da colonização da região. Estudos científicos mais recentes sobre as relações internas da Família Linguística Tupi-Guarani (Rodrigues, A. D. 1985/6; 48), sobre as características físicas do grupo (Beals, R.Y. & Hoijer, H. 1972; 168) e sobre a história da ocupação da região (Pedroso, D. M., 1992, refutam essa classificação e indicam serem oriundos do Norte e não do Sul, como se pensava, que suas características são, essencialmente, mongolóides e que já se encontravam na região hoje ocupada, antes do início da sua colonização.

2 - RESUMO DO HISTÓRICO

"As primeiras notícias sobre os Avá-Canoeiro remetem à década de setenta do século XVIII, quando se inicia a instalação da frente agro-pastoril em seus territórios, o sertão de Amaro Leite, ilhas e margem direita do rio Maranhão/Tocantins, pertencentes aos Julgados de São Félix, Trairas e São João de Palmas" (Pedroso, op. cit: 166), entre os paralelos 12º00' e 14º30' e meridianos 47º 00' e 49º00', parte da Província de Goiás. Por volta de 1760, já haviam destruído fazendas de gado fixadas nas regiões dos rios Santa Teresa, Cana Brava e Almas, no sertão de Amaro Leite.

No governo de Tristão da Cunha Meneses (1783/1799), objetivando a abertura das vias fluviais da região, tentou-se a celebrar a paz com o grupo estabelecido nas ilhas do Tropeço, no rio Tocantins. As tensões eram tão grandes, já a esse tempo, que a tentativa redundou no primeiro grande massacre e perseguição ao povo Avá-Canoeiro.

A expansão da atividade criatória aliada ao declínio da mineração de ouro incentivaram o espalhamento das famílias, a depopulação e o enfraquecimento dos povoados e pequenas cidades, expondo-as ao ataque dos Avá-Canoeiro que, no fim do século XVIII e início do século XIX, destruíram o arraial da Barra do rio Palmas, reconstruído em 1815, como vila São João da Palma.

No século XIX, a luta do grupo pela defesa do seu território, ora mais, ora menos intensa, teve efeitos avassaladores, tanto para si próprios quanto para os conquistadores, estes, sempre insistentes na intenção de ocupação e domínio daquele território. A carta Régia de 05/09/1811, visando garantir o estabelecimento e fixação de povoações e fazendas de gado ao longo dos rios Tocantins e Maranhão, permitia também a criação de presídios militares, fazer guerra ofensiva contra os indígenas que se opusessem e escravizá-los. Dos três presídios instalados na região, o de Piratininga, criado na confluência dos rios Paranã e Tocantins, foi localizado estrategicamente no território dos Avá-Canoeiro. Esse presídio funcionou durante muito tempo, como local de organização e de apoio às expedições contra o grupo. Tais expedições chamadas bandeiras eram punitivas ou de pacificação, de responsabilidade de particulares ou do governo Provincial. Quando de responsabilidade do governo Provincial, cabia-lhe o fornecimento de munição, armamentos e ordem de recrutamento de voluntários e milicianos. As empresas particulares colaboravam com voluntários que se alistavam junto ao Juiz de Paz do local onde eram formadas e com alimentos enquanto durasse a campanha. Estas bandeiras de pacificação, por ordem do governador, deviam convidar os índios a viverem em paz e amizade, punindo com a expulsão do território ou com o extermínio aqueles que não aceitassem jurar fidelidade ao Imperador e a ocupação do seu território pelas frentes pioneiras. Quando de responsabilidade de particulares, objetivavam, no geral, o extermínio de uma aldeia específica. Essa política quase eliminou/extinguiu a população do grupo e o seu sistema de vida que, nas primeiras décadas do século XIX, pelas previsões máximas indicavam a existência máxima de 1.000 e mínimas de 400 arcos, morando em aldeamentos espalhados em um território determinado. Esses "arqueiros" "infestavam e assolavam" a região definida oficialmente pelo governo provincial como compreendendo as povoações de Amaro Leite, Trairas, São José do Tocantins, São Félix e Palmas, um

território de aproximadamente vinte léguas de nascente a poente e trinta léguas de Sul a Norte" (Pedroso, já cit. 260). O pânico gerado entre os não-índios foi tão grande que levou a interrupção, por algum tempo, das comunicações entre a capital e algumas cidades da província e, entre os Avá-Canoeiro, a preferirem a

morte a ficarem prisioneiros dos conquistadores.

Em decorrência das hostilidades constantes contra o grupo, do início do contato ao final da década de 1880, pouco mais de um século, o grupo foi enfraquecido e, disperso, passou a marcar presença em um território muito maior do que o ocupado anteriormente, porém, sem dominá-lo por completo. Os diversos bandos em que se cindiram, tiveram que intensificar os deslocamentos iniciando a criação de um *modus vivendi* adaptado às condições adversas que enfrentaram. Foram obrigados a sacrificar sua forma de vida tradicional, identificada ao modelo de organização social dos povos Tupi e a desenvolver estratégias de sobrevivência caracterizadas pela extrema mobilidade espacial, reduzido aparato de cultura material, grande velocidade de locomoção e profundo conhecimento da topografia regional.

Um dos bandos dirigiu-se para a bacia do rio Araguaia, tendo alcançado alguns afluentes desta por volta de 1860, vindo a fixar-se entre os rio Formoso e Javaé, nas proximidades da Ilha do Bananal, onde teriam chegado por volta da década de 1940. Ficaram acantonados no local Mata Azul onde, em 1973, foi contactado, em parte, 06 de um grupo de 12, pela FUNAI, estando fixados, atualmente, entre os índios Javaé, na Ilha do Bananal.

Parte da população do grupo permaneceu na região ocupada imemorial e tradicionalmente, percorrendo escarpadas montanhas e habitando refúgios de difícil acesso ali existentes. Assim, os bandos encontrados a partir de 1940, na região do rio Tocantins, tendo como área de ocupação o triângulo compreendido pelas cidades de Santa Teresa, Niquelândia e Cavalcante, ocupavam em parte a mesma região ocupada em 1821 que, segundo o Ofício do Capitão Comandante Joaquim Lemos, ao Governador das Armas, Brigadeiro R. J. da Cunha, compreendia as "fragosas montanhas da margem esquerda do Maranhão, as ilhas deste rio, as vizinhanças da fazenda Corriolo, Amaro Leite e Descoberto da Piedade."

Segundo Toral A. A. (Proc. FUNAI nº 253/83, fl. 99) "pode-se afirmar que a partir da década de 40 os grupos Canoeiro já estavam divididos em um grupo do Araguaia e um grupo do Alto Tocantins".

Neste século, a intervenção oficial, se fez sentir através do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, conhecido como SPI que, em 1946 organizou uma expedição de atração para esses índios, não conseguindo, no entanto, lograr êxito, embora os trabalhos da frente tenham prolongado até 1955. Em 1969 fazendeiros do distrito de Colinas, município de Cavalcante reclamaram, diretamente à FUNAI em Brasília-DF, dos ataques do grupo, resultando no estabelecimento de uma frente de contato cujos trabalhos iniciaram, no local, em 1971. (...) Sem dificuldades e seguindo orientação da população regional, o sertanista Praxedes descobre 5 aldeias abandonadas, uma delas às margens do rio Maranhão" (idem, fl. 128). Segundo depoimento de regionais e de componentes da frente de atração, "os índios ainda moravam em aldeia, com casas, plantações, etc. Esta estava situada entre a serra do Retrato e o córrego Florência, próxima ao córrego J. Vieira" (idem, fls. 33/34) e era formada por 4 casas de pau a pique dispostas em linha semi-circular. Também no início desta mesma década de 70, "um grupo de lavradores do município de Campinaçu se reuniu e destruiu a aldeia Avá-Canoeiro situada às margens do rio Canoeiro, na mata do Café", neste município (Pedroso, op. cit., fl. 216).

Em 27 de julho de 1981 ocorreu o que pode ser classificado como o primeiro contato pacífico do grupo com um funcionário da frente de atração, instalada no município de Cavalcante. "Na Barra do Macaco um grupo de 14 índios saiu da mata e acenou pedindo alimentos. Segundo o funcionário (Antonio Bonis) foram distribuídas roupas, cobertores, açúcar, óleo, fumo e machados que estavam sendo levados para a Fazenda de Praxedes. Além dos 14, o sertanista disse ter observado pelo menos mais 6 índios na mata" (idem fl. 103). Em julho de 1983, um rapaz de nome Reginaldo Gomes dos Santos que fazia uma "espera" para caça, na mata, à margem esquerda do rio Tocantins, encontrou 4 membros do grupo vagando e conseguiu que eles o acompanhassem até a casa de um de um morador, onde, dias depois, a FUNAI os encontrou, transferindo-os para o acampamento da frente de atração, instalada na barra do córrego dos Macacos.

3 - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

3.1. - Quanto a Definição da Terra Indígena

A primeira tentativa de reservar área para os Avá-Canoeiro do rio Tocantins ocorreu em 1973, quando propuseram uma área de terras, à margem direita desse rio (Proc FUNAI BSB 1166/73, fls. 2 a 6), não se sabendo porque tal proposta não incidiu também sobre a margem esquerda, nem porque deixou de ser implementada. A explicação plausível é que não se conheciam, ainda, os locais de ocupação Avá-Canoeiro, nesta margem. A confirmação do uso tradicional dessa área se deu quando, após o contato e a transferência dos Avá-Canoeiro para a confluência do córrego dos Macacos, foi feito um reconhecimento da sua ocupação com os próprios índios. No dizer de Toral, "o sertanista Cangucu percorre a região próxima ao córrego dos Macacos juntamente com os índios. Registra os muitos sinais da existência de antigas aldeias no local (restos de casas, pilões, mamoeiros, etc.) e o depoimento dos regionais de que ali era, já há alguns anos, uma "posse dos índios" (Proc FUNAI BSB 253/83, fl. 129). Uma delas, a que fica próximo ao rio, a cerca de 6 km à jusante da barra do córrego dos Macacos, é "bastante antiga, de uma fase em que o ritmo das perseguições permitia-lhes ainda desenvolver atividades que seriam incompatíveis com o nomadismo a que foram obrigados. Parece que a ocupação do local não sofreu solução de continuidade" (idem, fl. 134). Essa área de 1973, em comparação com a interditada em 85, é coincidente para esta margem direita do rio Tocantins.

A retomada dos estudos técnicos objetivando a regularização da T.I. Avá-Canoeiro se deu com a Portaria 1471/E, de 2 de dezembro de 1982, que determinou a promoção de "estudos e levantamentos visando a localização de grupos indígenas arredios Avá-Canoeiro no Estado de Goiás, para fim de interdição de área" (idem, fl. 28) e tiveram prosseguimento com os realizados por determinação da Portaria nº 1794/E, de 14 de novembro de 1984. Tais estudos resultaram na Portaria nº 1850/E, de 8 de abril de 1985, que interditou a atual T.I. Avá-Canoeiro. Posteriormente, outros estudos, pareceres e levantamentos, inclusive fundiários, complementares, confirmaram e propuseram a área interditada como T. I. Avá-Canoeiro, definindo-a como identificada/delimitada de acordo com as determinações do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991 e, portanto, passível de demarcação. Destes destacam: Toral, A. A.: 1 - Canoeiros de Goiás. Dados sobre a história do grupo do século XVIII à década de 70 (idem, fl. 86 a 168); 2 - Os Avá-Canoeiro em Minas Gerais (idem, fl. 282 a 310); 3 - Parecer sobre a Área Indígena Avá-Canoeiros, municípios de Minaçu e Cavalcante-GO (idem, fl. 176 a 182); 4 - Situação e Perspectiva de Sobrevivência dos Avá-Canoeiro (idem, fls. 353 a 381); 5 - Os Índios Negros ou Carijó de Goiás: História dos Avá-Canoeiro (idem, fls. 382 a 421); Cruz Neto, Adauto Joaquim da, Parecer sobre a Área Indígena Avá-Canoeiro, município de Minaçu e Cavalcante-GO (idem, fls. 343 a 348); Pichincha, Monica T. S., Relatório de Viagem à Área Indígena Avá-Canoeiro (idem, fls. 470 a 485); Menezes, Cláudia, Parecer sobre a Terra Indígena Avá-Canoeiro (idem, fls. 620 a 624); Cruvinel, Noraldino V., Relatório da Viagem de Reconhecimento e Coleta de Dados Complementares do Processo de Identificação e Delimitação da T.I. Avá-Canoeiro (idem, fls. 630 a 647).

3.2. - Quanto aos Ocupantes Não-Índios

A ocupação de grande parte da área por não-índios, que, no presente, soma 64 ocupações dispersas por quase toda a sua superfície, perfaz, aproximadamente, 32.834,2158 ha, as quais podem ser assim caracterizados: a) trinta e uma delas estão na margem direita e 33 na margem esquerda ; b) 50 são

simples ocupantes, não possuindo quaisquer títulos dominiais. Suas posses ocupam áreas que somam 28.274,5550 ha, estando a maior parte na margem direita do rio Tocantins, justamente a área que desde 1969, vem sendo objeto de estudos para sua definição explícita como terra Avá-Canceiro; c) 13 são tituladas e as glebas que ocupam somam 4.559,6608 ha. A grande maioria desses títulos foram emitidos pelo antigo Instituto de Terras do Estado de Goiás, IDAGO, na mesma década de 1980, em que se interdito a T. I. Avá-Canceiro, sendo parte da antiga fazenda Quixada do Corriola, local que, como vimos, tem sido citado ao longo dos séculos, como de ocupação do grupo; d) continuam a ser comercializadas, tituladas ou não, ignorando totalmente a interdição; e e) ocupam praticamente todas as terras aproveitáveis dos 38.000 ha interditados, vez que os restantes 5.165,7850 ha, são serras pedregosas e inacessíveis, senão em condições especiais.

3.3 - Quanto ao Potencial Hidroelétrico da Área

Pelo Decreto nº 85.983, de 6 de maio de 1981 (DOU de 8/5/91, seção I, fl. 8342), foi "outorgado a FURNAS Centrais Elétricas S/A, a concessão para um-conjunto de aproveitamento da energia hidráulica de trecho do curso principal do rio Tocantins e seus afluentes das margens direita e esquerda", desde o paralelo 12° S até suas cabeceiras.

Esta concessão foi feita sem qualquer consulta à FUNAI que, como vimos, vinha desde 1969 (o SPI desde 46), procurando contatar os índios Avá-Canceiro, conhecido na região como "cara preta" e regularizar suas terras. Acresce-se que esta ação era de pleno conhecimento do Estado de Goiás e do público em geral, que acompanhou oficialmente e pelos órgãos de imprensa, nos anos 60, 70 e 80, a atração do grupo.

Ainda que os estudos para o aproveitamento hidráulico da área tenham sido iniciados, por FURNAS, nos inícios dos anos 80, apenas em maio de 1985 a empresa deu conhecimento deles à FUNAI. Pelo Ofício nº 075/85, datado de 6/5/85, foi indicado, com clareza, o que já havia sido realizado e do a realizar, para a implantação das UHEs - Serra da Mesa e Cana Brava, a primeira dentro da área interditada e a segunda, fora dela, porém atingindo-a em parte (Proc. FUNAI BSB 253/83, fls. 270/4).

3.3.1 - UHE Cana Brava:

A Usina Cana-Brava, obra da Empresa Furnas Centrais Elétricas S/A e prevista para ser construída na região da bacia do rio Tocantins, no Estado de Goiás, deverá integrar juntamente com a Usina Serra da mesa, o aproveitamento hidroelétrico de São Félix. Este aproveitamento será responsável por uma potência de 1.680 MW, sendo 1.200 MW da Serra da Mesa e 480 MW da Cana-Brava. O reservatório desta usina abrangerá 92 km do rio Tocantins provocando um alargamento do leito desse rio no trecho que passa pelo território Avá-Canceiro.

Para posicionamento da FUNAI, a empresa FURNAS encaminhou o EIA/RIMA, objetivando a análise do empreendimento no contexto dos mecanismos de proteção grupo indígena.

3.3.2 - UHE Serra da Mesa:

A construção desta usina está muito adiantada em quase todas as suas frentes de serviço. Conta a partir de 1995, com aportes de recursos do setor privado e, ao que se sabe, não deverá sofrer solução de continuidade por falta de recursos. Embora não esteja, ainda, com a autorização do Congresso Nacional para sua construção, conforme determina o §-3º do art. 231 da Constituição, sabe-se que as providências para tal, estão em fase final.

Áreas já atingidas ou em atingimento:

2 - por linhas de transmissão 19.80.00 ha

3 - por empréstimos - retirada de material para as obras 3.544,78.00 ha

Áreas a serem atingidas quando do fechamento das comportas da barragem que

deverá acontecer no próximo ano de 1996:

1 - por inundações 3.163,00.00 ha

4 - pela secagem do rio, por um período

aproximado de 1,8 a 4 anos 6.800,00.00 ha

Total 13.527,58.00 ha

Essa maciça ocupação do território Avá-Canceiro (item 3.2, mais as áreas afetadas por FURNAS), foi a maior condicionante da incrível e inimaginável situação em que se encontravam os quatro Avá-Canceiro contatados em 1983. Viviam, com outros membros do bando, há vários anos, ocupando cavernas e pequenos abrigos, quase sempre improvisados, em locais inacessíveis, subsistindo da caça, coleta, pesca (extremamente raras na região), de pequenos furtos nas roças localizadas na área e do abate ocasional de animais domésticos, a exemplo de equinos, gado vacum e suínos, criados soltos pelos não-índios ocupantes da área.

Objetivando formas de compensar pelo impacto da implantação dessa hidroelétrica, seu respectivo sistema de transmissão e demais obras associadas, foi celebrado um convênio entre FURNAS e FUNAI, de nº 10.323. As expensas da primeira e por tempo indeterminado, este convênio vem sendo implementado através de Termos Aditivos em ações para implantar o programa Avá-Canceiro, composto por: a) localização dos grupos (bandos) ainda isolados; e b) implementação de 8 sub-programa, a saber: 1) Demarcação e regularização da Terra Indígena Avá-Canceiro; 2) Unificação do povo Avá-Canceiro e crescimento populacional; 3) Saúde; 4) Meio Ambiente e Vigilância de Limites; 5) Auto-sustentação; 6) Obras e Equipamentos; 7) Documentação e Memória; e 8) Educação.


4 - DOS BANDOS ISOLADOS

"Os destacamentos implantados no rio Maranhão (na década de 1850) e na passagem do rio Tocantins (na estrada que ligava Cavalcante a São José do Tocantins), provocaram o deslocamento de parte dos índios em direção às cabeceiras dos rios da região" (Pedroso, op. cit: 260). As áreas de difícil acesso foram aquele tempo, as ocupadas e de onde continuaram, em parte, a migração para outras regiões, ao longo de anos.

As notícias desses bandos na década de 1980 e início de 1990, indicam suas presenças nos seguintes locais: a) às margens do rio Manso, afluente do rio Paraná, entre os rio Bezerria e Sucuri - entre os paralelos 13°10' e 13°30' e meridianos 47°10' e 47°20' aproximadamente; b) na serra das Contendas, mais especificamente, nas fazendas São Salvador e Anjico. Segundo Mendes, "no acampamento encontramos quatro cabanas rústicas e improvisadas e oito fogueiras com restos de um macaco e uma cobra, assim como alguns objetos rústicos com cordas e paus de fazer fogo" (Proc. FUNAI BSB 253/84, fls. 34 e 41); e nas serras próximas dos rios Urucua e Carinhanha, na porção mineira da área limítrofe entre os Estados de Goiás, Bahia e Minas Gerais (idem, fls. 367/8).

Os bandos isolados do alto Tocantins deram, durante todos os anos de 1985 e 1992, mostras, de suas passagens no interior da área interditada pela Portaria do Presidente da FUNAI, em 1985, no influxo dos rios Preto, Bagagem e Tocantinzinho, como também nas serras próximas ao rio Maranhão. A posição técnica é a de que seriam sobreviventes de algum bando extinto.

Quanto aos Avá-Canceiro que não aceitaram o contato na região da Mata Azul, nas proximidades da ilha do Bananal, não se tem nenhuma notícia recente.

INSTITUTO

Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: DOU
 Data: 14-09-95 Pg 14187
 Class.:

5 - CONCLUSÃO

Concluimos que: a) os 38.000 ha interditados em 1985 pela Portaria nº 1850/E/85, são terras imemoriais e de ocupação tradicional pelo grupo Avá-Canoeiro que, ao longo do tempo, desde antes da chegada do colonizador, habitou-as em pelo menos 8 locais diferentes. Quatro destes localizados à margem esquerda e 4 à direita do rio Tocantins/Maranhão e b) a demarcação desta área é plenamente justificável antropológica e legalmente e atende ao que determina as disposições constitucionais, definidos no art. 231 e seus parágrafos.

Ao visualizar o contato dos Avá-Canoeiro com a sociedade nacional, em verdade, segmentos dela, observa-se a violência, a dominação e o esbúlio do seu território. De um grande povo que dominou por séculos uma grande região, restam-lhe, desta, hoje, os propostos 38.000 ha, e não mais do que alguns pequenos grupos dispersos em bandos, que não conseguem uma comunicação regular entre eles, estando na eminência do desaparecimento.

A demarcação desta área como T. I. Avá-Canoeiro e sua respectiva regularização fundiária, (ainda que apresente problemas diversos, solucionáveis a curto e médio prazos), atendem às condições básicas para a subsistência física e cultural desse grupo e permitirá, se viável, a localização de outros bandos do grupo, em fase de contato. Contato este que, poderá viabilizar o soerguimento do grupo como povo etnicamente diferenciado.

Assim, entendemos adequadas a identificação e delimitação dessa terra, com os limites propostos, como Terra Indígena Avá-Canoeiro, recomendando, em sendo aprovado, a publicação do presente parecer no DOU e o encaminhamento dos autos ao Ministério da Justiça, para apreciação, objetivando ser declarada como de posse permanente indígena do grupo Avá-Canoeiro.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL

MEMÓRIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO
 TERRA INDÍGENA AVÁ-CANOEIRO
 ALDEIAS INTEGRANTES
 GRUPOS NÔMADES
 GRUPOS INDÍGENAS
 AVÁ-CANOEIROS
 LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: CAVALCANTE E MINAÇÚ ESTADO: GOIÁS
 UNIDADE REGIONAL: ADR GOIANIA

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE :	13°42'58" S	48°16'54" Wgr
LESTE :	13°50'05" S	48°08'35" Wgr
SUL :	13°57'45" S	48°14'59" Wgr
OESTE :	13°51'50" S	48°20'33" Wgr

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
SD - 22 - X - D - VI	1:100.000	D S G	1977

DIMENSÕES

SUPERFÍCIE: 38.000 ha (trinta e oito mil hectares)
 Perímetro: 90 km (noventa quilômetros)

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

NORTE: Partindo do Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 13°42'58" S e 48°16'54" W, situado na Serra da Mesa; daí, segue por uma linha reta de azimute 90°00' na distância de 8.000 metros, até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 13°42'55" S e 48°12'28" W.

LESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta de azimute 138°00' na distância de 8.745 metros, até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 13°46'24" S e 48°09'11" W, situado na confluência do Córrego Florêncio no Rio Tocantins; daí, segue a montante pelo citado córrego até o cruzamento com a estrada, no Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 13°50'05" S e 48°08'35" W; daí, segue por uma linha reta de azimute 219°53' na distância de 18.245 metros até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 13°57'45" S e 48°14'59" W, situado na confluência do córrego sem denominação no Rio Tocantinzinho.

SUL: Do ponto antes descrito, segue a jusante pelo citado rio até a confluência no Rio Tocantins, no Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 13°56'23" S e 48°18'58" W.

OESTE: Do ponto antes descrito, segue a jusante pelo Rio Tocantins até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 13°50'01" S e 48°16'49" W, situado junto a cachoeira das Éguas; daí, segue por uma linha reta de azimute 360°00' na distância de 13.000 metros até o Ponto 1 inicial do presente descritivo. Técnico responsável: JOSÉ JAIME MANCIN, Engenheiro Agrimensor, CREA 57.806/D.

(Of. nº 220/95).